

AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS XIPAYA COM A IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Martha Luiza Costa Vieira¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de narrativas, os sentimentos, emoções e ações do povo indígena Xipaya durante os processos de resistência e mobilização sociocultural para proteger seus territórios e recursos socioeconômicos devastados com a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM). Com base no método do materialismo histórico e dialético, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. O estudo identificou que a resistência é estruturante e se expressa na pluralidade dos grupos sociais que denunciam o cenário de ataques e violações de direitos dos povos originários, conectada à mundialização capitalista dos territórios materializada pela perda de território, violação do modo de vida de povos originários, barragem de rios, alagamento de comunidades, extinção de espécies aquáticas, plantas e animais, ressurgimento de doenças, extinção de postos de trabalho, deslocamentos compulsórios, aumento da criminalidade e mortes.

Palavras-chave: Território; Resistência; Xipaya.

ABSTRACT

This article aims to analyze, through narratives, the feelings, emotions and actions of the Xipaya indigenous peoples in the processes of sociocultural resistance and mobilization in the guarantee of territories and socioeconomic resources clearly devastated with the installation of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant (UHEBM). Based on the method of historical and dialectical materialism, bibliographical and documentary research was carried out. The study identified that resistance is structural and is expressed in the plurality of social groups that denounce the scenario of attacks and violations of the rights of indigenous peoples, connected to the capitalist globalization of territories, which is materialized by the loss of territory, violation of the way of life of original peoples, damming rivers, flooding communities, extinction of aquatic species, plants and animals, resurgence of diseases, extinction of jobs, compulsory displacements, increase in criminality and deaths.

Keywords: Territory; Resistance; Xipaya.

1 INTRODUÇÃO

Todo processo de desterritorialização é seguido por uma reterritorialização². No entanto, as implicações da desterritorialização sofrida pelos povos indígenas em Altamira/PA envolvem um conjunto de relações mais complexas do que aparenta,

¹ Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social da Amazônia (UFPA). Doutoranda em Serviço Social (UFPA). marthaluiza04@gmail.com.

² A reterritorialização compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação (FUINI, 2012, p. 227).

em virtude de rupturas distintas, e não apenas econômicas, mas também nas relações que perpassam pela subjetividade do território, de relações imateriais vividas e concebidas no espaço.

O objetivo deste artigo é analisar como os Xipaya vivem no contexto de mais um grande projeto e os múltiplos impactos que este acarreta. Além disso, busca-se compreender como se articulam diante desses processos, por meio de narrativas que abordam os problemas que ocorreram. Serão identificados os sentimentos, emoções e ações experimentados e realizados pelos Xipaya.

A metodologia utilizada neste estudo será a análise de narrativa. Analisar depoimentos orais, as histórias de vida, as memórias, as narrativas dos sujeitos como possibilidade de produção do conhecimento não é exatamente novidade no campo do fazer científico. “Não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa” (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2002, p. 91). De alguma forma, narramos. Narramos fatos, feitos e fenômenos. Narramos experiências, sentimentos, outras pessoas e nos narramos. Vale dizer que os textos científicos também se constituem, de forma elaborada, coesa e parametrizada, em narrativas: narram descobertas, compreensões, interpretações, recomendações. Portanto, narrar é dimensão fundamental de comunicação humana e de atribuição de significado ao mundo. No entanto, as narrativas são infinitas em sua variedade e nós as encontramos em todo o lugar. Bauer e Jovchelovitch (2002, p. 91), afirmam que

Comunidades, grupos e culturas localizadas contam histórias, palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida, fazendo uso do ‘léxico do grupo social’, o que constitui sua perspectiva de mundo.

Dessa forma, pensar sobre as modalidades de narrativas³, no âmbito da reflexão sobre os sentimentos e emoções de indígenas Xipaya atingidos pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), significa ter contato com algumas categorias, concepções, descrições e formas de narrar.

Para atender ao objetivo deste estudo, me fundamentei na literatura específica e análise dos recursos narrativos nas visualizações de depoimentos em jornais, revistas, periódicos, sites, cartas de repúdio, documentários, relatórios de

³ Utilizei essa expressão para abranger diferentes possibilidades de estudo e ferramentas que visam, em última instância, trazer à tona memórias, episódios e biografias. Enfim, reconstruir a história dos sujeitos.

eventos, livros, filmes, narrativas impressas, gravadas em vídeo e áudio ou na internet. No acervo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) há relatórios, ofícios, memorandos e outras correspondências oficiais sem periodicidade estabelecida, abordando questões como extensão territorial das áreas indígenas, bem como a retirada de famílias indígenas de determinados locais e sua transferência para outras áreas.

A pluralidade de fontes ganha visibilidade quando os pesquisadores incorporam a voz dos sujeitos, transformando depoimentos e textos em um conjunto de informações para a pesquisa, valorizando a singularidade dos relatos. Assim, a narrativa como fonte de dados será o recurso utilizado para compreender a experiência dos indígenas Xipaya diante da implementação da UHEBM, bem como as transformações em seus modos de vida. Na primeira, discute-se a coação do capital sobre o território. Por fim, apresenta-se as narrativas dos povos indígenas Xipaya, em Altamira, no estado do Pará.

2 A COAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TERRITÓRIO

Uma das características que sempre marcaram o Brasil foi a centralização fundiária e de renda que perpetua a ampliação de uma mesma classe dominadora no poderio. Desde o período colonial, a atividade latifundiária foi efetivada em ampla escala no país, avigorando-se com o estabelecimento da Lei de Terras, em 1850. Esse acontecimento contribuiu com a afirmação de uma elite financeira totalmente conexas com a propriedade de terras.

A linha teórica para a análise das lutas sociais obstinadas ao processo histórico de colonização da Amazônia se baseia na discussão da decolonização. O alcance da racionalidade hegemônica do capital traduz, em sua envergadura, alterações profundas e abusivas ao modo de vida local. Por ilógico, levanta um contramovimento por meio de atuações sociopolíticas que fazem frente às coações do modo de produção capitalista.

Assim, essas lutas sociais assumem diferentes formas, dependendo do contexto, desde ações preliminares de aversão que visam a mobilização e assoreamento dos empreendimentos do grande capital, até ações sociopolíticas de resistência em um nível mais avançado. Conforme destacado por Said (1995 *apud*

SANTOS, 2020), essas ações de resistência em um nível secundário se caracterizam pelo término dos empreendimentos, o que implica na cessação de danos ao território e às comunidades afetadas.

Frisa-se que essas transgressões não têm sido capazes de silenciar os ruídos desarmônicos dos movimentos sociais na região amazônica. Nesse contexto de lutas primárias e secundárias, os níveis são determinados pela realidade. Os autores afirmam que:

Depois do período de 'resistência primária', literalmente lutando contra a intromissão externa, vem o período da resistência secundária [...] quando se tenta reconstituir uma 'comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial (SAID, 1995, p. 266 *apud* SANTOS, 2020, p. 48).

Certamente, em todas as etapas da resistência social corroboram-se os agravos, na medida em que os planos de amontoamento do capital requerem níveis de aniquilamento material e imaterial. Estes contestam absolutamente os povos indígenas, os povos tradicionais, os migrantes e, por imediato, a população como um todo, ponderando a intranquilidade socioambiental incitada pela ingerência funesta do capital sobre o homem e a natureza.

Dessa forma, a natureza é modificada em mercadoria, comercializada e degradada em prol da obtenção de lucro. A natureza é despejada do sentido de satisfação das necessidades coletivas (como nas terras comuns), sendo transformada em um negócio, fonte de lucratividade e acumulação de capital. O aniquilamento ambiental tem no seu cerne a apropriação privada da natureza.

Na visão de Picoli (2006), o crescimento econômico brasileiro, nas várias fases da Divisão Internacional do Trabalho, limitou-se ao papel de fornecedor de produtos primários aos países importadores. Mesmo com a implementação da industrialização durante o período varguista, a economia brasileira continuou dependente e subordinada aos centros financeiros das empresas transnacionais. Essa situação se tornou ainda mais evidente na segunda metade do século XX, em um contexto internacional comandado pelos Estados Unidos. Esse processo evidenciou-se durante o período de Juscelino Kubitschek, no qual os projetos "Cinquenta Anos em Cinco" e "Energia e Transportes" pretendiam desenvolver o país rapidamente, com base no endividamento externo, provocando grandes

impactos na Amazônia, com a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre.

A Ditadura Empresarial-Militar instalada no país a partir de abril de 1964 propagou um discurso ideológico que afirmava que a Amazônia estava sob constante ameaça de invasão, o que comprometia a soberania brasileira. Segundo Marques (2019), essa retórica inseria o território amazônico na Doutrina de Segurança Nacional e reduzia paulatinamente a possibilidade de elaborar um projeto autóctone. Fazia coro com o discurso de “Terra sem homens, para homens sem terra” (CASTELFRANCHI, 2004), que transmitia uma noção artificial de que a Amazônia era um espaço vazio, desconsiderando a presença de indígenas, caboclos, imigrantes, posseiros, remanescentes de quilombos, entre outros. Se assim era, restava tão somente ocupá-la, mas de forma privilegiada por militares, grandes proprietários e o capital.

As táticas adotadas pelo governo e pelo capital empresarial em relação à Amazônia contribuem para uma expressiva ampliação da veemência pela “exploração dos recursos naturais da região para além de suas fronteiras políticas” (CASTRO, 2012, p. 45). Tal afirmação reforça a apreensão em relação ao autêntico e abstruso objetivo dos amplos projetos de infraestrutura para a região supracitada. Esta autora colabora concluindo que:

Empresas transnacionais e organismos multilaterais, como atores globais, têm pressionado a esfera política para modificar dispositivos legais e instituições a fim de adequá-los à nova economia. Os estados nacionais continuam a ter papel importante na regulação social, política e econômica, e permanecem protagonistas, mas sob uma lógica liberalizante do capital, tendo inclusive sucumbido a certos acordos de agências reguladoras internacionais e penalizando as relações de trabalho [...] (CASTRO, 2012, p. 45).

É possível apreender, por meio da análise da respectiva autora, que o Estado é o ator basilar na sustentação das afinidades e da regulamentação social, porém é compelido a se estruturar nesta nova dialética do capital financeiro, que almeja um pseudodesenvolvimento para as comunidades locais. Nesta relação, em que o capital recusa os acordos nacionais e as legislações locais, o maior lesado é o sujeito – classe trabalhadora que constitui a base da cadeia produtiva, considerada um exército reserva de mão de obra, destruído pela negação de direitos.

De acordo com Nascimento e Sá (2021), a expropriação desenfreada caracteriza o modelo de desenvolvimento regional da Amazônia, impulsionado pelo Estado brasileiro de maneira predatória, desestruturando a economia, a vida e a cultura da população local, nativa ou não. Em meio a uma totalidade de financeirização e mercantilização do sociometabolismo, a ação das empresas transnacionais, assim como a ação ornamentada dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), subordinados em maior ou menor grau ao grande capital internacional ou nacional, atuou com vistas a favorecer a acumulação e a reprodução do capital.

Quando se conjectura megaprojetos para as regiões, prometendo transformação e crescimento, as benfeitorias para a comunidade local são mínimas. Essa realidade evidencia-se na região Amazônica, onde os projetos já chegam concluídos, desconsiderando as originalidades e individualidades das populações que serão atingidas pelos empreendimentos, ocasionando numerosas desordens.

Essas desordens, em sua maioria, afetam principalmente os povos indígenas e as comunidades tradicionais, principais defensores dos direitos da natureza. Infelizmente, mais uma vez, esses povos e comunidades foram alvo de ataques do (des)governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, conforme mencionado por Valente (2018, p. 12):

Confirmando temor de indigenistas e indígenas, o presidente Jair Bolsonaro (PSL-RJ), em um de seus primeiros atos na Presidência, esvaziou a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) ao destinar ao Ministério da Agricultura uma das principais atividades executadas pelo órgão indigenista nos últimos 30 anos: a identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas no país. [...] Na prática, as demarcações passam agora às mãos dos ruralistas, adversários dos interesses dos indígenas em diversos Estados.

Em razão disso, Marques (2019 *apud* SILVA, 2022, p. 8) lembra que “a luta pela preservação da floresta não pode ser desconectada da percepção de que necessitamos de um novo modelo de sociedade”. Assim, o autor acredita que:

Esse novo modelo não deve mais ser assentado na busca do lucro, mas do verdadeiro e integral desenvolvimento humano, na qual os seres humanos tenham a possibilidade de se desenvolverem plenamente e construir relações não contraditórias e/ou degradantes com a natureza (SILVA, 2022, p. 8).

Neste momento de aumento das forças imperiais hegemônicas sobre o território amazônico, o Estado passou a desempenhar o papel de subsidiador da infraestrutura física e social de maneira coerciva, com aceites ao aumento da acumulação do capital sobre a região, adotando um discurso de unificar a Amazônia com as demais regiões do país e conectá-la ao circuito internacional do capital, dando vazão para que os amplos projetos tomassem conta do território.

Diante disso, Marques (2019, p. 94) relata, quanto à relação entre Estado e capital na Amazônia, que: “o Estado garantia as condições básicas necessárias à produção privada e o capital privado concentrava-se na busca de lucros (com os menores custos e riscos possíveis)”.

Foi nesse movimento de transformações que os povos indígenas do Xingu, especificamente os Xipaya, foram arrastados pelo caos refletido nos intensos processos de desintegração sociocultural que sofreram, registrados nos mais diferentes episódios de desterritorialização e genocídio. Contudo, foi também nesse contexto que eles deixaram as marcas de sua força, de sua capacidade de resistência e de lutas por seus direitos.

A exploração do seringueiro, livre ou escravizado, teria papel central na “modernização” da Amazônia, gerando valorização do capital. “A exploração amazônica termina por situar a região, em nível mundial, como fornecedora de minérios e itens intensivos em energia” (MARQUES, 2019, p. 143), por meio de uma mescla de investimentos privados e governamentais, em que esses últimos se davam (e se dão) no sentido de estimular e subsidiar a atuação do primeiro. Assim, observa-se a sintetização da perspectiva contraditória do desenvolvimento amazônico, apresentada por Marques (2019, p. 203): “A trajetória do desenvolvimento brasileiro tem alguma semelhança com o andar do curupira. Andou a passos largos em termos industriais e de alguns indicadores econômicos, mas deixando pegadas no sentido contrário do ponto de vista social”.

As transformações provocadas por investimentos empresariais foram devastadoras na vida dos Xipaya, pois retirou deles os espaços de trabalho, de moradia, de rituais, de crenças, acarretando a perda da biodiversidade e a degradação das condições de vida, saúde e sobrevivência. O colapso social e ambiental já esperado, em decorrência de grandes empreendimentos, eclode sem barreiras.

O Dossiê Internacional de Denúncias dos Indígenas do Brasil (2021) revela que os principais problemas enfrentados pelos Povos Indígenas são as ameaças institucionais, com interferências anti-indígenas no Estado, e as ameaças socioambientais, com aumento do desmatamento na Amazônia. Essas ameaças resultam na perda da biodiversidade e na destruição dos territórios e das vidas indígenas, impactando negativamente seus meios de subsistência e práticas culturais. O desmatamento é uma das principais formas de destruição enfrentadas pelos indígenas.

Assim, há a necessidade de um novo olhar sobre a condição dos povos indígenas moradores de ilhas do Xingu, especificamente os Xipaya, que foram impactados com a idealização da UHE Belo Monte, focalizando suas expressões, anseios e principais necessidades.

3 AS SENSIBILIDADES E RESISTÊNCIAS DOS XIPAYA

Analisar as percepções dos povos indígenas sobre um processo contínuo de mudanças direcionado à sua realidade implica captar subjetividades diversas, compreendendo sensibilidades múltiplas. Desvelar um universo de valores e significados dos Xipaya impõe compreender as expressões como meio de alcançar suas necessidades e anseios, bem como seus estímulos e perspectivas.

Inicialmente, é necessário compreender a complexidade envolvida na transição de um grupo que dependia da extração de recursos da região onde viviam para sua subsistência. Esse processo de mudança expressou a existência de uma desestruturação contínua, exigindo dos povos indígenas flexibilidade para se adaptarem a novas situações e, por conseguinte, confrontando-os com grandes desafios. Assim, os povos indígenas vivenciam o processo de sua reconstrução econômico-social. Nessa conjuntura, os impactos causados incluem:

Efeitos sobre os povos indígenas, como a perda de peixes e de outros recursos dos rios. Impactos do reassentamento de pessoas urbanas e rurais representam uma concentração do custo humano desta forma de desenvolvimento. Isto também é verdade em relação aos impactos sobre os moradores a jusante, que perdem a subsistência baseada na pesca e agricultura na várzea. Impactos dos reservatórios sobre a saúde incluem a proliferação de insetos e a metilação de mercúrio (transformação deste metal na sua forma tóxica). A perda de vegetação pode ocorrer não só por causa da inundação direta, mas também pelo desmatamento por residentes

deslocados pelo reservatório e por imigrantes e investidores atraídos para a área (inclusive pela construção de estradas até os locais das barragens), e o agronegócio viabilizado pelas hidrovias associadas às barragens (FEARNSIDE, 2015, p. 10).

Compreende-se que analisar os impactos consiste em avaliar a restrição de acesso a recursos para a reprodução ou continuidade do modo de vida, bem como a perda ou redução das fontes de emprego, renda ou meios de subsistência. Diante dessas condições, a tarefa de significar o novo ambiente requer o desenvolvimento de novas habilidades e exige a transformação dos espaços, assim como das classificações e significações referentes ao ambiente anterior.

É necessário, portanto, adotar uma abordagem que vá além da superfície e explore a profundidade do espaço. Dessa maneira, é possível considerar diferentes formas de espacialização, influenciadas por sistemas culturais e sociais distintos, implicando em processos específicos de objetivação e subjetivação.

Sempre que um povo busca suas origens, em vez de encontrar fatos documentados que registrem historicamente os eventos importantes e significativos que moldaram seu passado, depara-se com narrativas míticas e lendas. Essas narrativas míticas estão permeadas por elementos naturais e/ou produzidos pela ação humana, bem como por práticas cotidianas rotineiras ou religiosas, que expressam peculiaridades geográficas de diferentes lugares. Segundo Claval (2011, p. 11):

Os homens não podem viver sem dar sentido àquilo que os cerca; a dimensão simbólica. Em diferentes contextos geográficos, há relatos de uma diversidade de narrativas míticas, que são alimentadas, recriadas e ressignificadas ao longo do tempo, por diferentes sujeitos sociais. Em algumas épocas e situações, a narrativa interessa a determinados grupos hegemônicos (políticos, econômicos), para manutenção ou ampliação do poder sobre o território. Em outras situações, a narrativa pode apresentar uma natureza contra-hegemônica. Por outro lado, mitos podem fazer apenas parte das práticas religiosas ou lúdico-festivas de diferentes segmentos societários.

Diante do exposto, essas narrativas formam a cultura de uma comunidade e podem ser a chave para as buscas do homem contemporâneo. Se as vivências que marcaram a gestação e a infância de uma pessoa são determinantes para sua conduta, e mesmo para a felicidade na fase adulta, poder-se-ia afirmar que o empreendimento na busca de conhecer as origens de uma sociedade é

determinante para a sua compreensão no presente, bem como para a aceitação de determinadas características coletivas e pessoais construídas ao longo do tempo.

Dardel (2011, p. 48) destaca que: “ao considerar que a terra é mãe de tudo que vive, entende-se que há laços de parentesco que une o homem a tudo que o cerca: árvores, animais, rochas”. Assevera que a montanha, a floresta e outros elementos fisiográficos não se constituem apenas em um quadro exterior. Essa abordagem fenomenológica se aplica às leituras de mundo de diversos povos indígenas de diferentes contextos geográficos.

As narrativas míticas que retratam a origem do povo Xipaya, juntamente com a origem do próprio rio, apresentam importantes reflexões ontológicas desse povo e seguem contadas pelos homens mais velhos às pessoas nas aldeias.

A referência mítica da existência compartilhada do povo Xipaya com o rio Xingu, especialmente na região da Volta Grande, também é a experiência histórica desse povo com o território. O povo Xipaya estabeleceu-se na região deslocando-se pelas ilhas, onde fixavam suas aldeias. Com a chegada dos não indígenas à região de Altamira, os Xipaya passaram por severos ataques com o objetivo de deslocá-los compulsoriamente de seu território. Esses ataques incluem desde massacres ocorridos em conflitos fundiários e pressões territoriais de fazendeiros até a recente batalha contra os graves efeitos da usina hidrelétrica UHE Belo Monte.

Uma preocupação destacada e visível na fala dos indígenas diz respeito à contaminação das águas do rio devido à vegetação submersa pelo reservatório, que entrou em decomposição. Algumas espécies são conhecidas pelos indígenas como tóxicas ou venenosas e podem levar à morte das espécies de peixes que vivem no rio. Nas palavras de uma liderança Xipaya:

Os índios do rio Bacajá, os Arara dos Maia, os Juruna, o Trincheira vai ficar numa situação muito difícil, porque vai secar. Eles vão passar fome, onde é que vão pescar? Como é que vão trazer o produto para vender? E para nós o rio já vai encher, nossa aldeia vai pro fundo totalmente. Todas as aldeias vão ser atingidas: até o Kikretum e Gorotira, duas aldeias dos índios Kayapó, porque vai ter gente indo pescar lá pra cima [...] (MELLO, 2013, p. 135).

Diante das informações apresentadas, observa-se que os indígenas expressam incertezas e desconhecimento sobre questões essenciais para suas vidas. Preocupam-se com os possíveis impactos da diminuição do fluxo do rio, a

perda da pesca como fonte de subsistência e o risco de suas aldeias serem inundadas. Tais fatores interferem diretamente no modo de vida dessas populações, que dependem da atividade pesqueira para sobreviver. Em face dessas transformações, identifica-se o comprometimento da atividade e da renda de centenas de pescadores que dependem do seu desenvolvimento.

Outro fator desconsiderado pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e pelos empreendedores da UHE Belo Monte diz respeito aos impactos do projeto da usina na saúde psíquica⁴ dos indígenas atingidos. Os efeitos incertos do empreendimento têm causado preocupações significativas, afetando sua estabilidade psicológica. Uma indígena Xipaya entrevistada por Cecília Mello (2013, p. 137), expressou a seguinte preocupação sobre o destino de seu povo:

A gente tem aquela preocupação. Hoje eu vivo em uma região que alaga, é difícil morar ali, mas não tem outra opção, ali é nossa casa, nosso lazer, é tudo o que a gente tem, é lá onde eu construí a minha vida. Eu deito à noite e tenho essa preocupação. Não sei o que vai acontecer. Para onde eu vou? Porque eu não tenho uma terra, não tenho lote. Se até a minha aldeia vai para o fundo, eu vou para onde?

Por meio da fala da indígena, percebemos que o lugar onde vivemos adquire múltiplos sentidos, influenciado por experiências vividas e expectativas. Nessa perspectiva, um abrigo guarda não apenas corpos, mas mentes carregadas de desejos e angústias, sonhos e felicidades, afetos e descaminhos.

Há um desafio quanto à continuidade da reafirmação da identidade e defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas. O ar, a água e as árvores não são apenas elementos secundários em suas vidas, mas sim aspectos essenciais que fazem parte de suas histórias milenares. Eles representam um marco de conquista e vitória, que introduz uma reviravolta na narrativa estabelecida pelos colonizadores europeus, constituindo uma verdadeira revolução na própria história do Brasil. Essa dimensão de suas vidas não consta nos estudos e discursos da Eletronorte, que os apresentam como “miseráveis”. Uma liderança Xipaya entrevistada por Mello (2013, p. 135), faz a seguinte afirmação:

Eles nunca disseram ‘a gente vai dar outra aldeia para vocês em outro lugar’. Temos posto de saúde, auxiliar de enfermagem, escola, cada qual tem sua casa com banheiro dentro de casa, planta o feijão, o arroz, a

⁴ Tema não discutido neste artigo.

mandioca para fazer a farinha. Tudo dentro da aldeia. Com a usina, como é que a gente vai se estruturar de novo? Ou vão dar outra aldeia?

Percebe-se que a liderança indígena chama a atenção para as diferentes fontes de riquezas que obtêm de suas terras e para a composição diversificada de sua renda, que lhes garante uma boa qualidade de vida, diferentemente da imagem de pobreza ou miséria comumente associadas aos grupos indígenas.

O local de moradia ganha inúmeros sentidos mediante experiências vividas e expectativas. O ambiente físico se torna um cenário complexo onde se entrelaçam histórias, emoções e trajetórias individuais, moldando a vida e a identidade daqueles que ali habitam. É nesse contexto que a construção de um lar vai além da mera estrutura física, tornando-se um espaço de significação profunda para os indivíduos que nele se encontram. Nesse sentido, Mello (2013, p. 140), destaca um problema completamente ignorado pelos EIA:

Os limites temporais das indenizações. Se a quantificação dos danos materiais e imateriais a que foram submetidas comunidades inteiras é questionável, os indígenas trazem uma objeção a mais: como indenizar vidas ainda por vir? Essas vidas estão hoje alicerçadas em sua capacidade de reprodução sociomaterial na Terra Indígena onde vivem, mas quando esta é ameaçada de tornar-se inviável, agudiza-se a pertinência dos povos indígenas sobre o que deverá acontecer às gerações futuras.

Dessa forma, Mello (2013) destaca a importância de considerar as gerações futuras diante do desafio de adaptação à nova realidade, a fim de preservar as condições básicas para a reprodução física e cultural, uma vez que os padrões de mobilidade espacial de seus antepassados não estão mais presentes.

A história dos povos indígenas na Amazônia é marcada por atos, manifestos, encontros, seminários, cartas de repúdio, movimentos, decisões jurídicas e processos dos quais podemos citar alguns exemplos significativos. A Era dos direitos e da luta política teve início com a promulgação da Constituição de 1988, Artigo 231, um símbolo de avanço. Em fevereiro de 1989 ocorreu o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira. O Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), elaborou um documento intitulado “SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia”. Diversas organizações, como a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri/Regional) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) enviaram uma carta ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso solicitando a suspensão de todas as obras de grande impacto na Amazônia, até que houvesse uma discussão exemplar e a construção de um consenso com a sociedade local.

Também merecem destaque o Encontro das Comunidades da Volta Grande do Rio Xingu, no qual os participantes elaboraram uma carta com pedidos às autoridades responsáveis pelo setor elétrico brasileiro, pela demarcação e homologação da terra indígena Xipaya. Além disso, foram realizados outros encontros locais, como o encontro Amazônia Centro do Mundo, em Altamira.

A trajetória das lutas sociais empreendidas pelos indígenas Xipaya aponta retrocessos e desafios, cujas falas enaltecem a permanente luta pelo direito à moradia, denunciando que os assentamentos criados em função da construção da UHE Belo Monte, que desterritorializou-os, tenham equipamentos públicos, como postos de saúde, escolas, transporte público, mercados, espaços coletivos de convivência e lazer.

O que se prevê, e já se vivencia, é ameaça de extinção das culturas tradicionais dos indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais. Esses fatores desencadeiam ações políticas dos movimentos, diante da pressão constante que resulta em criminalização, cooptação e fragmentação dos grupos sociais. Os desafios surgem como norte das lutas e resistências, manifestados por meio de ações políticas, protestos, ocupações, mobilizações, participações em eventos nacionais e internacionais, publicações e mídias sociais.

4 CONCLUSÕES

As sensibilidades foram expressas por meio de opiniões, desejos para o futuro e utopias do passado. Os relatos de vida apresentam experiências marcadas por ruídos e tumultos; porém, entende-se que muitas vezes é nos murmúrios que se deve debruçar a atenção, revelam pistas sobre os caminhos a serem trilhados e antecipam os traços de um futuro promissor.

Por meio das Sensibilidades, é possível capturar a vida em diferentes tempos; trabalhar com experiências individuais e coletivas; reconstruir formas de

conhecimento do mundo; conhecer o modo como os indígenas Xipaya pensam, sentem e se posicionam em relação ao mundo em um contexto cultural e temporal específico. Essas sensibilidades conduzem ao drama enfrentado por eles ao perderem seus territórios, sua história, sua memória e o estilo de vida que mantinham com base na relação estabelecida com o rio Xingu.

Ademais, essas afinidades, bem como as batalhas por direitos, a exemplo do direito de autodeterminação desses povos localizados em diferentes áreas geográficas, evidenciam o hibridismo entre o meio rural e urbano na região amazônica.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Dossiê internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil 2021**. Brasília, DF: APIB, 2021. Disponível em: <https://rb.gy/3evps>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://rb.gy/vjknx>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Imperio, 1985. Disponível em: <https://rb.gy/weeof>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CASTELFRANCHI, Yurij. Poeiras e esperanças na Transamazônica de hoje. **Comciência.br**, São Paulo, 10 abr. 2004. Disponível em: <https://rb.gy/9mahm>. Acesso em: 26 set. 2022.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://rb.gy/faj9y>. Acesso em: 7 jul. 2021.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2011.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução: Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FEARNSIDE, Philip. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: INPA, 2015.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 225-249, jan/jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/TerraPlural.v.8i1.0012>.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 90-113.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Da acumulação primitiva a moderna expropriação da Amazônia paraense: reflexões a luz da teoria crítica. **Germinal – Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 381-393, ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.45090>.

MARQUES, Gilberto Sousa. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 1, p. 125-147, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v16i1.1066>.

MOVIMENTO PELO DESENVOLVIMENTO DA TRANSAMAZÔNICA E XINGU. **SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia**. Altamira: MDTM, 2001. Disponível em: <https://rb.gy/sjx1>. Acesso em: 21 abr. 2023.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Francisco Ewerton Almeida. **Movimento do Rio-Musseque: tradução, descolonização e alegoria nacional em A Vida verdadeira de Domingos Xavier, de José Luandino Viera, e Sambizanga de Sarah Maldoro**. 2020. 181 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA, Heráclito Santa Brígida da. Agronegócio na Amazônia e o avanço do capital: ataque aos povos do campo. **Revista Trabalho Necessário**, Belém, v. 20, n. 41, p. 1-13, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52365>.

VALENTE, R. Bolsonaro retira da Funai a demarcação de terras indígenas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://rb.gy/afi9j>. Acesso em: 7 jun. 2022.